

Cadernos do **CEHC**

Série Cultura

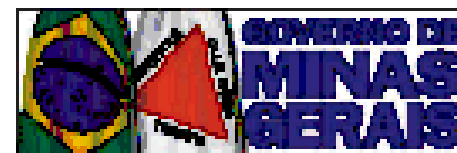
Número 1 - setembro de 2001



**Além da diversão
e arte, o pão:
o mercado de trabalho
da cultura na Região
Metropolitana
de Belo Horizonte**



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Governo de Minas Gerais



Governador
Itamar Augusto Cautiero Franco

Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
Fredrico Penido Alvarenga

Fundação João Pinheiro
Presidente
Jarbas Medeiros

Centro de Estudos Históricos e Culturais
Diretora
Sylvana de Castro Pessoa Santana

Núcleo de Estudos
Coordenador
Bernardo Nevais da Mata Machado

Produção Executiva
Renara Vieira de Paula
Roseli Raquel de Aguiar

Projeto gráfico e diagramação
Wagner Bottaro

Revisão
Luiz Carlos Freitas Pereira
Heiter Vasconcelos

Normalização
Helena Schürm

Sylvana de Castro Pessoa Santana
Nícia Raies Moreira Souza

Além da diversão e arte, o pão: o mercado de trabalho da cultura na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Belo Horizonte
Fundação João Pinheiro
setembro de 2001

Com este primeiro número do Cadernos do CEHC, o Centro de Estudos Históricos e Culturais (CEHC) da Fundação João Pinheiro (FJP) dá início a publicações de artigos, ensaios, resenhas e estudos resultantes de seus trabalhos nas áreas de pesquisa e editorial.

Pretende-se, com esta iniciativa, abrir mais um canal de divulgação do conhecimento produzido pela equipe de pesquisadores do CEHC, ora em parceria com pesquisadores de outras diretorias ou, ainda, de outras entidades, e contribuir para a reflexão e o debate de questões relevantes para a história e a cultura do estado de Minas Gerais e do país.

Neste número, pesquisadoras do Centro de Estudos Históricos e Culturais e do Centro de Informação e Estatísticas (CEI) da Fundação João Pinheiro, dão prosseguimento à linha de estudos sobre a economia da cultura. A partir da base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Belo Horizonte, analisam o mercado de trabalho do setor cultural desta região no período de 1996 a 2000, revelando a dimensão econômica da produção cultural, seus traços constitutivos, suas especificidades e potencialidades, cujo conhecimento é fundamental para o delineamento de políticas econômicas e culturais.

O público a quem se destina esta publicação, aquele interessado em cultura e história, contará, periodicamente, com a exploração de um tema, dentre a pluralidade de assuntos e de abordagens que se pretende enfatizar.

Santana, Sylvana de Castro Pessoa.

Além da diversão e arte o pão: o mercado de trabalho da cultura na região Metropolitana de Belo Horizonte / Nícia Raies Moura Souza e Sylvana de Castro Pessoa Santana – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001.

p. 50 – (Cadernos do CEHC. Série Cultura. n.1).

1. Mercado de trabalho – Região Metropolitana de Belo Horizonte. 2. Cultura – Região Metropolitana de Belo Horizonte. I. Souza, Nícia Raies Moreira. II. Título. III. Série

CDU: 331.6(815.11 RMBH)

Além da diversão e arte, o pão: o mercado de trabalho da cultura na Região Metropolitana de Belo Horizonte¹

Sylvana de Castro Pessoa Santana*

Nícia Raies Moreira Souza**

Sumário

Apresentação.....	5
1 INTRODUÇÃO.....	7
2 DELIMITAÇÕES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS.....	9
3 CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990.....	13
4 O SETOR CULTURAL E O MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE NO FINAL DA DÉCADA DE 1990.....	15
4.1 A composição do setor cultural por atributos pessoais.....	19
4.1.1 Sexo.....	20
4.1.2 Idade.....	22
4.1.3 Cor.....	23
4.1.4 Escolaridade.....	25
4.2 A composição das atividades culturais segundo características do mercado.....	26
4.2.1 Posição na ocupação.....	27
4.2.2 Tamanho da empresa.....	29
4.2.3 Jornada de trabalho.....	30
4.2.4 Local onde funciona a empresa ou negócio.....	30
4.2.5 Grupos ocupacionais.....	31
5 EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS NAS ATIVIDADES CULTURAIS.....	32
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36

1. INTRODUÇÃO

A cultura como sistema de valores tem sido alvo de inúmeros estudos nos campos da antropologia, sociologia, comunicação, artes etc. No entanto, existe uma carência de análises do setor cultural em sua dimensão econômica². A produção cultural envolve um processo econômico e uma dinâmica interna ainda insuficientemente conhecidos para que se possa tirar proveito das sinergias entre desenvolvimento econômico e dinamismo cultural. A precariedade de informações e estatísticas sobre a produção e o consumo de bens culturais no Brasil é reveladora desta realidade³.

Já há alguns anos, quando ministro da Cultura, Celso Furtado (Fundação João Pinheiro, 1988:6) apontava para a necessidade de contemplar a dimensão econômica da produção dos bens culturais: *As atividades culturais incluem-se entre aquelas cuja demanda apresenta uma elevada elasticidade-renda, sendo ao mesmo tempo fortes criadoras de emprego e fracas consumidoras de divisas. Contudo, carecemos de informações sobre essa matéria, até hoje considerada de pouca relevância econômica.* A partir de então, o Ministério da Cultura contratou a Fundação João Pinheiro (FJP) para realizar o estudo Economia da Cultura: reflexões sobre as indústrias culturais no Brasil (1988), ao qual se seguiram pesquisas sobre o cinema brasileiro, casas de cultura, a indústria editorial e, mais recentemente, o Diagnóstico dos Investimentos em Cultura no Brasil (1998) que trata dos gastos públicos e privados com cultura no país, da distribuição e estrutura regional das atividades culturais e da estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) cultural brasileiro.

* Mestre em sociologia pela UFMG e diretora do Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro.

**Mestre em sociologia pela UFMG e coordenadora técnica da Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMBH.

¹ Agradecemos aos colegas do Centro de Estudos Históricos e Culturais (CEHC) e do Centro de Estatística e Informações (CEI), pelas valiosas sugestões e críticas, em especial a José Oswaldo Lasmar, Maria Amarante Pastor Baracho, Bernardo da Mata Machado, Roseli Raquel de Aguiar, Elisabeth de Melo Naves e Raimundo de Sousa Leal Filho.

² O primeiro trabalho sobre economia da cultura reconhecido pelos meios culturais e pelos economistas, Performing Arts: The Economic Dilemma, foi realizado em 1966 por William Baumol e William Bowen, encomendado pela National Endowment for the Arts –NEA (ROUET, 1998). No começo dos anos 70, o Serviço de Estudos e Pesquisas do Ministério da Cultura da França começa a investir na produção de estatísticas culturais.

³ Este fato indica a necessidade de criação no país de uma entidade que desenvolva estudos voltados, sobretudo, para a economia da cultura, de maneira contínua e sistemática.

Este último estudo evidenciou a potencialidade da área cultural para a geração de renda e de emprego. Em 1994, por exemplo, 510 mil pessoas⁴ encontravam-se empregadas nos vários setores da produção cultural brasileira, e o conjunto das atividades da área representava 0,8% do PIB⁵. Além disso, para cada R\$ 1 milhão gasto na cultura, são criados 160 postos de trabalho diretos e indiretos. É, pois, inegável o impacto social e econômico do complexo das atividades culturais.

De outro lado, nos dias atuais, a problemática do trabalho, do emprego e do desemprego necessita ser vista em diferentes níveis, que demandam formas de intervenção diversificadas. Políticas de abertura e modernização do setor globalizado da economia precisam conviver com políticas de geração e manutenção de empregos que garantam a sobrevivência das economias locais e regionais. Avançar nessas questões, tendo como foco o trabalho na produção cultural, permitirá o desvelamento de potencialidades e de especificidades do setor, cujo conhecimento é imprescindível para as intervenções das políticas econômicas e culturais.

O objetivo desse estudo é contribuir para o conhecimento do mercado de trabalho das atividades culturais e sua evolução na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no período de 1996 a 2000⁶. Em face da heterogeneidade e da complexidade da produção cultural e das limitações da base de dados disponível, surgiram problemas de ordem conceitual e metodológica para a definição das atividades culturais, tomadas em sua dimensão econômica. É o que será tratado na primeira parte do trabalho. No segundo momento, será traçado um breve panorama do mercado de trabalho no país, nos anos 90, para em seguida se proceder à análise do mercado de trabalho da cultura na RMBH, mantendo sempre como referência o mercado de trabalho geral. A composição das atividades culturais é vista segundo variáveis relativas aos atributos pessoais dos trabalhadores que têm nelas sua principal atividade econômica e as características de inserção econômica. Em seguida, são analisados os ren-

dimentos desses trabalhadores, comparando-os com os rendimentos auferidos no mercado de trabalho e em alguns setores econômicos selecionados. Finalmente, são apresentadas algumas considerações a respeito dos resultados alcançados e de seus desdobramentos para as políticas culturais.

2 DELIMITAÇÕES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

O problema inicial deste trabalho constituiu-se na delimitação do âmbito do setor cultural a partir da base de dados disponibilizada pela Pesquisa do Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH), realizada pela Fundação João Pinheiro, desde outubro de 1995.

A PED é uma pesquisa mensal que investiga a dinâmica e a estrutura do mercado de trabalho local no que se refere, principalmente, à ocupação, ao desemprego e aos rendimentos do trabalho⁷. A classificação das ocupações adotada pela PED tem como referência a Classificación Internacional Uniforme de Ocupaciones (CUIO) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho. A partir destas classificações e buscando manter as compatibilizações, a PED desenvolveu uma outra classificação mais adequada a pesquisas domiciliares (FUNDAÇÃO SEADE, 1994). Para os setores de atividade econômica, foram criados 34 grupos que se aproximam da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

A classificação de setor de atividade econômica e a de ocupações adotadas pela PED trabalham com grandes grupos, o que gerou problemas de definição da área cultural, com implicações conceituais e metodológicas.

⁴ Conforme a síntese preparada pelo Ministério da Cultura (1998:7), esse contingente é 90% superior ao empregado pelas atividades de fabricação de equipamentos e material elétrico e eletrônico; 53% superior ao da indústria de material de transportes (incluindo a indústria automobilística, de auto peças e de fabricação de outros veículos); 78% acima dos serviços industriais de utilidade pública (energia elétrica, distribuição da água e esgotamento sanitário). Com relação ao setor de telecomunicações e correios, o total de empregados na cultura é 2,8 vezes maior.

⁵ Depois da indústria aeronáutica, a do audiovisual é o maior componente do PIB nos Estados Unidos. Segundo dados da Unesco, em alguns países europeus, a indústria cultural representa 3% do PIB; na Argentina, 5% (COELHO, 2000:126).

⁶ Os resultados apresentados se referem aos dados anuais do período de 1996 a 2000, mas algumas informações são apresentadas com os resultados médios do período inteiro. Sempre que este procedimento for usado, o leitor será informado.

⁷ A amostra mensal é composta por 16 domicílios em cada um dos 158 setores censitários sorteados nos 26 municípios da RMBH. A amostra se completa em três meses, totalizando aproximadamente 7 500 domicílios na região.

Em relação aos setores de atividade econômica, o estudo orienta-se pelo conceito de sistema de produção cultural, que aborda a dinâmica do setor tendo em vista as fases de produção, distribuição, troca ou comercialização e consumo/uso do produto cultural (COELHO, 1997:345). Do banco de dados da PED, foram selecionadas as atividades da indústria, comércio e serviços satisfatoriamente desagregadas de forma a compor o setor cultural. Algumas atividades econômicas não puderam ser incluídas dado o seu elevado grau de agregação, como a distribuição e a comercialização de produtos, uma vez que encontram-se no código genérico Comércio, que só distingue o varejista do atacadista. O mesmo se deu com o ramo Educação do setor Serviços, onde estão as atividades ligadas a todas as escolas e aos professores particulares, sem que seja possível identificar tipos de escolas, cursos e aulas.

Diante disso, foram selecionados os seguintes setores econômicos:

a) Serviços

- Diversões, radiodifusão e teledifusão (inclui as rádios, televisões, parques de diversão, cinemas, teatros, promoção de espetáculos e similares).

b) Indústria

- indústria gráfica e editoras (atividades de edição de livros, jornais e revistas; das indústrias de tipografia, gravura e da encadernação);
- indústria do artesanato (atividades artesanais em couro, madeira, pedras, metais, produção de bijuterias artesanais, etc. Não estão incluídas as atividades de tecelagem, tricô, crochê, produção de artefatos de tecidos.);
- outras indústrias de transformação: de jóias e lapidação de pedras preciosas, de instrumentos musicais e brinquedos, cinema tográfica (inclui vídeo e fotografia), fonográfica, de fabricação de aparelhos, material e instrumentos óticos, fotográficos etc.⁸

⁸ Embora não tenha sido possível retirar as indústrias não culturais deste subsetor, optou-se por sua inclusão uma vez que a maior parte das indústrias aí encontradas pertence à área cultural.

Nesses setores selecionados contemplar-se-á todos os ocupados na cadeia de produção cultural, estejam eles nos grupos de direção, execução, apoio ou outro. Deste modo, definiu-se trabalho cultural como aquele realizado por indivíduos inseridos nas diferentes fases do sistema de produção cultural, quer organizado segundo normas de fabricação industrial, em série e destinado a uma massa social, quer voltado para a produção de obras culturais e artísticas com regras de concepção e elaboração distintas da lógica acima, *embora, segundo Adorno, contaminado pela lógica da mercadoria e do lucro a partir do momento em que começa a assegurar a sobrevivência de seus criadores no mercado (GOLDENSTEIN apud FJP, 1988:22).*

O segundo critério utilizado para definir o mercado de trabalho do setor cultural foi a seleção das ocupações tidas como tipicamente culturais e artístico-culturais.⁹

Referem-se às funções culturais tradicionalmente ligadas às artes (músicos, pintores, escultores etc.); às que se abrem para outras linguagens e formas de expressão (artesãos, publicitários, jornalistas, designers etc.); às atividades auxiliares do produtor cultural ou artista (operadores de câmera, som etc.) e às funções do administrador cultural responsável pela produção de obras ou espetáculos (diretor técnico, diretor artístico, produtor de espetáculos etc.) ou pela administração de órgãos culturais como museus, centros culturais, bibliotecas, arquivos etc. Para fins deste estudo, estas ocupações foram levantadas nos vários setores econômicos em que se encontram e não apenas no setor cultural. Além da relevância destas ocupações para a área em estudo, esse procedimento permitiu abarcar um número maior de trabalhadores, englobando algumas atividades em setores econômicos excluídos por seu elevado grau de agregação¹⁰, de maneira a alcançar maior aproximação da magnitude do mercado cultural.

⁹ A pesquisa 1º Censo Cultural de Belo Horizonte (Fundação João Pinheiro, 1996) adotou este critério definindo uma tabela de ocupações culturais detalhada e abrangente. Neste estudo, só foi possível tomá-la como referência devido às diferenças de classificação adotadas.

¹⁰ Estes setores, originariamente direcionados ou não para a produção de um bem cultural, contam com a presença de atividades culturais, ainda que apenas como insumos.

As ocupações selecionadas foram¹¹:

- a) escritores;
- b) jornalistas e redatores;
- c) artistas plásticos, escultores, pintores, artesãos de cerâmica, couro, madeira, metal, papel;
- d) cenógrafos, decoradores;
- e) cinegrafistas, operadores de câmara, fotógrafos;
- f) compositores, músicos, intérpretes, cantores;
- g) artistas de cinema, teatro, rádio, televisão e circo;
- h) diretores e produtores de espetáculo;
- i) bibliotecários, museólogos, arquivologistas, outras ocupações técnicas e científicas não classificadas;
- j) operadores de equipamentos de som e cenografia e outros operadores não especificados.

Finalmente, como *proxy* do mercado de trabalho na cultura, para compor o grupo “atividades culturais”, formou-se um grupo composto pela junção dos setores culturais e ocupações culturais.

Vale ressaltar que as informações referem-se ao trabalho principal, ou seja, aquele que o indivíduo dedica maior tempo. Assim, são desconsiderados os que não se dedicam à criação artística em tempo integral e a parcela dos que se dedicam à produção cultural como atividade secundária - se não em importância, ao menos em carga horária -, já que garantem a sobrevivência por meio de outras atividades. Essa ressalva e sua importância advêm do 1º Censo Cultural de Belo Horizonte (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996), que indicou que 19,5% das 6183 pessoas envolvidas em alguma atividade na área artístico-cultural¹² não estão exclusivamente vinculadas a essa área. Indicou também que 16% dos 15 680 empregados no comércio, na indústria e na prestação de serviços culturais na capital tinham, em junho de 1996, emprego temporário.

¹¹ Algumas ocupações da indústria cultural (locutores, comentaristas) e do artesanato (bordadeiras, pintores cerâmicos, chapeleiros, cesteiros etc) já estão incluídas nos setores econômicos selecionados, por isso não constam nessa lista.

¹² Neste universo não estão incluídos os professores das áreas artístico-culturais, que responderam a um questionário específico.

Além disso, essa mesma pesquisa revela que muitos dos que desenvolvem regularmente atividades no setor cultural atuam em mais de uma área (cinema e teatro por exemplo) ou em várias atividades dentro de uma mesma área (ator e diretor de teatro, produtor cultural e bonequeiro, professor e artista plástico, por exemplo), o que às vezes dificulta a identificação da atividade principal ou faz com que essa informação seja relativizada.

3 CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990

No século XX, o Brasil foi o segundo país que mais cresceu no mundo. Mesmo assim, os problemas relativos à desigualdade de inserção no mercado de trabalho, ao desemprego, à informalidade, à ilegalidade, aos baixos salários e ao subemprego continuam questões não resolvidas.

O início da década de 90, no país, pode ser caracterizado como um período de acelerada abertura econômica e de tentativas de debelar o processo inflacionário intenso. Um dos resultados desse processo foi a queda da produção e o aumento do desemprego, ao mesmo tempo em que fracassava a tentativa de combater a inflação. Este panorama perdurou até meados de 1994, quando foi criado o Plano Real, que conseguiu reduzir a inflação sem alterar significativamente a estratégia de abertura econômica (LEONE, 2000). A estabilização monetária com valorização cambial, aliada ao reaquecimento da economia, em 1994, gerou expressivos déficits na balança comercial. Taxas de juros muito elevadas foram então adotadas como instrumento de política econômica tanto para conter a expansão da demanda agregada quanto para atrair capital financeiro internacional em volume suficiente para equilibrar o balanço de pagamentos.

Para sobreviver neste contexto, as empresas adotaram estratégias de “racionalização da produção” que, grosso modo, significou enxugamento de trabalhadores efetivos, desverticalização da produção e terceirizações. O emprego formal que vinha aumentando na década de 70, reduziu-se. Ao mesmo tempo, o grau de informalidade das relações de trabalho aumentou, indicando incremento da já expressiva heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro.

A indústria de transformação e a construção civil, setores que empregavam principalmente uma população masculina, e no caso da segunda, também de baixo nível de escolaridade, sofreram intensamente este processo. A estratégia de focalizar a produção nas atividades-fins das empresas, ampliou as ocupações ligadas aos serviços pessoais, sociais e de apoio administrativo, ocupações em que as mulheres têm tradicionalmente espaço maior de atuação.

Vale notar que, numa economia de mercado, o desemprego e o uso precário da força de trabalho não é novidade. Desde os primórdios do capitalismo, isso sempre foi presente. O que muda são as visões a respeito destes problemas (POCHMANN, 1999). De certa forma, até aproximadamente a década de 80, a sociedade reagiu aos problemas sociais, sobretudo o desemprego, definindo formas de convivência e pactos sociais considerando-o do ponto de vista coletivo. O exemplo disto é o *welfare state*, nos países centrais.

Por outro lado, a sociedade pode reagir de forma individual, legitimando a concepção de que o mercado deve ser o regulador das atividades. Passa a existir um consenso em torno da máxima que proclama o fim dos empregos e de que, como muito bem definiu Grün (2000), *vivemos no novo mundo das ligações tênues*. Enquanto, há algum tempo atrás, o “ideal” era um emprego estável, em uma grande empresa, hoje, tenta-se legitimar o ideal do empreendedorismo, que desloca a resolução de determinados problemas sociais para as estratégias individuais.

Outro ponto importante para a discussão das mutações do mercado de trabalho e das relações de trabalho se refere às inovações tecnológicas, que possibilitam aumento de produção maior do que o da força de trabalho na produção. O desenvolvimento tecnológico das últimas décadas é inegável. Entretanto, a renovação tecnológica não atinge a totalidade do mercado de trabalho. A automação microeletrônica tem contribuído para a reorganização da produção e do trabalho, viabilizando a integração e a flexibilidade das linhas de produção. A “acumulação flexível” se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, da forma de alocação da força de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo (HARVEY, 1989). Um aspecto importante desta forma de produção se refere à criação de setores de produção com novas formas de fornecimento de serviços e, prin-

cipalmente, de inovações comerciais, tecnológicas e organizacionais. A importância dos conhecimentos científico e técnico se renova, multiplicando sua importância para as disputas competitivas neste mercado. A modernização tecnológica tende a se combinar com inovações na organização do trabalho e com novas formas de gestão da mão de obra.

Estas transformações têm um impacto considerável nas atividades culturais. O desenvolvimento e a proliferação da tecnologia na esfera da cultura configurou uma “tecnicização” do mercado de bens culturais que pode ser vista, na indústria gráfica, por exemplo, na *editoração eletrônica, investimento em maquinários com controle computadorizado, programas de qualidade total para a produção mediados pela informatização, controles eletrônicos dos estoques e dos parques gráficos* (SALGADO, 1995:193). A produção em escala na esfera da cultura reduziu os custos relativos de certos produtos, influenciando a configuração de sua demanda final. De outra maneira, as novas tecnologias permitiram a ampliação das formas alternativas de difusão dos produtos culturais através, sobretudo, das televisões abertas e a cabo, mas também do *homevideo, do laserdisc, do dvd e da internet*.

A abertura econômica, no início da década de 1990, foi um dos fatores que propiciou a disseminação dessas novas tecnologias e produtos, e neste sentido, cada setor econômico foi influenciado por estas transformações de forma distinta. Se algumas atividades artesanais sofreram com a “invasão” de produtos chineses, indianos, etc., outras viram nesta, a redução dos custos de produtos que já utilizavam. Da mesma forma, cada segmento foi atingido de forma diferenciada pelas sucessivas crises econômicas de que o Brasil foi palco.

4 O SETOR CULTURAL E O MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE NO FINAL DA DÉCADA DE 1990

A conjuntura econômica restritiva contribuiu para o baixo desempenho do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). O crescimento econômico, visto pela evolução do Produto Interno Bruto (PIB), ficou estagnado tanto em 1998 (-0,1%)

quanto em 1999 (0,8%). O PIB *per capita* registrou queda de 1,4% em 1999. As elevadas taxas de juros que acompanharam a valorização do real tiveram como objetivo conter o crescimento econômico, para controlar o desequilíbrio da balança comercial e evitar pressões de demanda sobre os preços. O aperto da política monetária e de crédito gerou impactos diretamente no aumento da taxa de desemprego, que, na RMBH, passou de uma média anual de 12,7%, em 1996, para 15,9%, em 1998, 17,9%, em 1999 e 17,8%, em 2000 (tab.1).

A análise da evolução do mercado de trabalho nos últimos cinco anos revela uma relativa melhora em relação aos anos anteriores, em termos de geração de ocupações. Foram geradas 101 mil vagas, entre 1996 e 2000, o que representou uma variação relativa de 6,6%. No entanto, este aumento foi ainda inferior ao crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), 13,2%, o que representou a entrada de 231 mil pessoas no mercado de trabalho. A intensa pressão sobre o mercado entre 1996 e 2000, fez com que a PEA crescesse em ritmo maior do que a população em idade ativa (PIA), conforme demonstra a evolução da taxa de participação (PEA/PIA). Em 1996, esta era de 56,7%, em 1999, 57,2%, e em 2000, 57,7%. Esta maciça entrada de pessoas no mercado resulta, em parte, da redução do rendimento real médio e do elevado patamar das taxas de desemprego, que pressionam mais membros da família a se inserirem no mercado de trabalho, para compensar as perdas salariais que ameaçam a sobrevivência ou o padrão de vida.

Assim, a absorção das pessoas que ingressaram no mercado de trabalho foi inferior à demanda por uma ocupação, sendo que, em 1998 e em 1999, o nível ocupacional se retraiu; em 2000, elevou-se (tab.1).

TABELA 1: ESTIMATIVAS BENSICAS DA POPULAÇÃO, REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, 1996 a 2000.

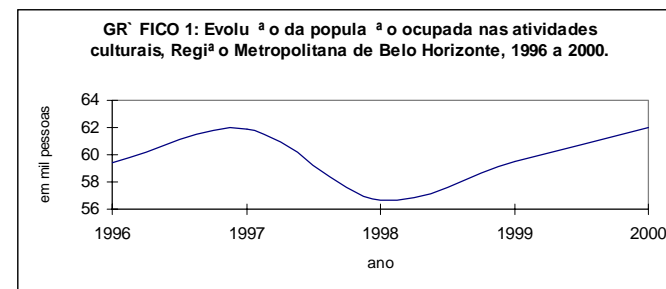
ESPECIFICAÇÃO	Em mil pessoas				
	1996	1997	1998	1999	2000
População em idade ativa - PIA.....	3.080	3.164	3.249	3.336	3.426
População economicamente ativa - PEA.....	1.746	1.832	1.871	1.908	1.977
População ocupada.....	1.524	1.587	1.574	1.566	1.625
Atividade cultural (%) ⁽¹⁾	3,9	3,9	3,6	3,8	3,8
População ocupada nas atividades culturais.....	59	62	57	60	62
População ocupada nas funções tipicamente culturais.....	21	24	20	22	24

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG
⁽¹⁾ Grupo composto pelos setores culturais (serviços de diversão, indústria gráfica e editoras, indústria do artesanato e outras indústrias) e das funções tipicamente culturais (escritores, jornalistas e redatores, artistas plásticos, escultores, pintores, artesãos de cerâmica, couro, metal, madeira e papel, decoradores, cenógrafos, cinegrafistas, operadores de cinema, fotógrafos, artistas de cinema, teatro, rádio, televisão e circo, diretores e produtores de espetáculos, bibliotecários, museólogos, arquivologistas e operadores de equipamentos de som e cenografia, músicos, compositores, intérpretes e cantores).

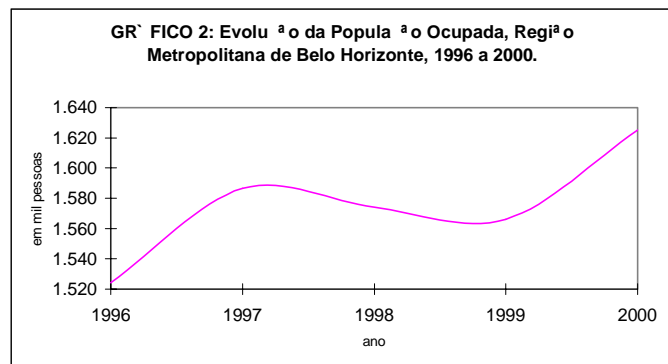
Nota-se que a incorporação de pessoas no mercado de trabalho foi bastante expressiva, mesmo tomando-se como base de comparação a taxa de crescimento da PIA, embora esta incorporação tenha se traduzido em grande parte em aumento do desemprego. O impacto desses fatores atingiu os setores econômicos de forma diferenciada. Se, até 1997, o setor industrial na RMBH apresentava desempenho melhor, comparado ao de outras regiões, como São Paulo, em 1998, 1999 e 2000, o contingente de ocupados neste setor declinou, respectivamente, 1,6%, 7,8% e 4,1% em comparação a 1996. O nível ocupacional no setor de serviços, por outro lado, ampliou 3,7% em 1998, 6,2% em 1999 e 12,4% em 2000.

Nesses cinco anos, a população ocupada nas atividades culturais apresentou uma média anual de 3,8% da população ocupada em geral, o que significa: em 2000, 62 mil pessoas tinham neste segmento seu emprego principal. A título de comparação, vale notar que a construção civil ocupava 122 mil pessoas em 2000; a indústria metal-mecânica, 86 mil; a indústria têxtil e do vestuário, 37 mil e os serviços de educação, 88 mil.

Em termos relativos, a população ocupada nas atividades culturais sofreu, comparativamente, mais com os reveses da conjuntura econômica do que a população ocupada como um todo. Entretanto, em 1999, de maneira inversa ao que ocorreu no mercado de trabalho, que apresentou uma redução de 8 mil postos, o número de ocupados na cultura elevou-se, mesmo que timidamente. Em 2000, o crescimento da ocupação nas atividades culturais (3,3%) foi ligeiramente inferior à média do mercado de trabalho em geral (3,6%), em comparação ao ano anterior.



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG

A queda do nível ocupacional nas atividades culturais em 1998 foi decorrente do enxugamento ocorrido na indústria do artesanato e nos serviços de rádio, televisão, cinema e congêneres. Ao mesmo tempo, os grandes responsáveis pela recuperação da cultura foram os serviços de radiodifusão, teledifusão, os cinemas e teatros, que sofreram retração em 1998, mas se recuperaram melhor em 1999 do que os outros segmentos do grupo denominado atividades culturais. Em 2000, o pequeno aumento do nível ocupacional resultou de geração de vagas na indústria de artefatos de couro, joalheria e instrumentos musicais.

A indústria gráfica e as editoras apresentaram desempenho bastante estável no período. Este segmento, como chamou atenção SALGADO (1995), tem tido uma relação com o Estado menos dependente, ao longo das últimas décadas, se comparado com outros segmentos que produzem bens culturais. Entretanto, a produção e as vendas do setor editorial brasileiro são fortemente afetadas pelas compras governamentais, que oscilam com intensidade variada a cada ano. No Brasil, como em todos os outros países da América Latina, predominam produção e vendas do subsetor “didáticos”. No período de 1998 a 1999, o faturamento das editoras de livros didáticos representou 53% do faturamento total do setor, e a sua participação em exemplares vendidos foi de 60%. Neste mesmo período, as compras do governo federal para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e para o Programa Nacional de Biblioteca Escolar (PNBE) represen-

taram 40% do faturamento e 73% do número de exemplares vendidos de livros didáticos (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, 1998 e 1999).

O fato é que a economia cultural, por sua diversidade, complexidade e, em muitos segmentos, precariedade, não pode prescindir da intervenção do Estado, seja como incentivador, mediador ou regulador, a fim de garantir o seu desenvolvimento permanente. Além disso, o mercado de bens culturais está demasiado relacionado com o nível de renda¹³ da população. Vale lembrar que tanto a renda média quanto a massa de rendimentos caíram em 1998 e 1999. O consumo em geral e, de forma mais acentuada, o consumo dos bens culturais são influenciados pela elevada concentração de renda no país. Recente estudo do Ipea (2000) mostra que a elite brasileira responde por mais da metade dos gastos em bens culturais. Em 1996, os 10% mais ricos efetuaram 50% dos gastos em educação considerados neste estudo na composição dos gastos com cultura, juntamente com os efetuados em aparelhos de audiovisual, jornais, revistas, livros, turismo, cinema, teatro e espetáculos. Já as famílias mais pobres concentraram 61% de suas despesas com cultura na aquisição de aparelhos de audiovisual, contra 18% em educação.

A comparação do mercado interno brasileiro consumidor de cinema com o de outros países dá a dimensão da nossa precariedade. Segundo o cineasta Carlos Diegues, enquanto no Brasil (160 milhões de habitantes) vendem-se cerca de 70 milhões de ingressos/ano, na França (50 milhões de habitantes) são 155 milhões e nos Estados Unidos (300 milhões de habitantes) um bilhão e trezentos milhões de ingressos/ano (DIEGUES, 2000).

4.1 A composição do setor cultural por atributos pessoais

Quem são os trabalhadores das atividades culturais na Região Metropolitana de Belo Horizonte? Como eles se apresentam por sexo, faixa etária, cor, escolaridade nos anos de 1996 a 2000? Que diferenças e semelhanças podem ser observadas entre os trabalhadores da cultura e os demais? Estas questões serão tratadas a seguir.

¹³ Além da renda, o nível de escolarização também está fortemente relacionado com o consumo de bens culturais.

TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL E NAS ATIVIDADES CULTURAIS SEGUNDO ATRIBUTOS PESSOAIS, REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, 1996 a 2000.

ATIVIDADES CULTURAIS (%)					
ESPECIFICAÇÃO	1996	1997	1998	1999	2000
Sexo					
Masculino.....	60,5	59,5	62,4	60,4	57,7
Feminino.....	39,5	40,5	37,6	39,6	42,3
Faixa etária					
10 a 24 anos.....	29,5	28,2	28,5	26,5	28,1
25 a 39 anos.....	40,8	43,6	44,8	43,8	42,7
40 anos e mais.....	29,7	28,2	26,7	29,6	29,3
Cor					
Branca e amarela.....	56,3	59,6	55,6	52,7	54,1
Preta e parda.....	43,6	40,6	44,3	47,1	45,8
Escolaridade					
Analfabeto.....
1º grau incompleto.....	36,6	35,1	33,1	26,2	26,5
1º completo e 2º incompleto.....	23,3	22,3	23,5	23,5	22,8
2º completo e 3º incompleto.....	25,1	27,8	27,4	32,3	32,8
3º grau completo.....	13,6	14,0	15,3	16,7	17,2
POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL (%)					
ESPECIFICAÇÃO	1996	1997	1998	1999	2000
Sexo					
Masculino.....	57,5	57,6	58,0	56,9	56,3
Feminino.....	42,5	42,4	42,0	43,1	43,7
Faixa etária					
10 a 24 anos.....	26,1	26,2	25,1	24,7	24,6
25 a 39 anos.....	42,6	42,3	41,7	41,8	42,1
40 anos e mais.....	31,3	31,5	32,4	33,5	33,3
Cor					
Branca e amarela.....	51,3	52,1	49,0	46,9	48,2
Preta e parda.....	48,7	47,9	50,9	53,1	51,6
Escolaridade					
Analfabeto.....	2,9	2,7	2,5	2,2	1,9
1º grau incompleto.....	47,5	46,6	44,9	40,9	38,7
1º completo e 2º incompleto.....	17,5	17,9	18,8	20,3	20,4
2º completo e 3º incompleto.....	21,4	21,9	23,1	24,9	27,4
3º grau completo.....	10,7	10,8	10,7	11,6	11,7

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informação (CEI). Convênio: FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG
Nota: sinal convencional utilizado: ... O número de observações e o número permite desagregar a este nível

4.1.1 Sexo

A população ocupada na RMBH é composta predominantemente por homens em todos os anos da série (57%, em média), e isso é observado de forma mais intensa nas atividades culturais (60%, em média). A proporção de mulheres nesse setor apresentou declínio em 1998 e, em 1999, retornou aos níveis de 1996. Em 2000, seguindo o comportamento do mercado de trabalho em geral, o contingente feminino ampliou-se consideravelmente, atingindo a maior proporção da série: 42,3%. A indústria do artesanato (predominantemente ocupada por mulheres) e a indústria gráfica (cerca de 30% de mulheres) foram os segmentos responsáveis pelo decréscimo da participação percentual feminina em 1998. No entanto, foram estes mesmos subsetores que levaram ao crescimento da ocupação feminina no ano seguinte e em 2000 (tab.2).

No mercado de trabalho da RMBH, a proporção de mulheres permaneceu relativamente estável até 1998 e, em 1999 e 2000, se elevou, tendo estas passado a ocupar 43,1% e 43,7% dos postos de trabalho¹⁴. O setor industrial e a construção civil, nichos de trabalho masculino, foram duramente atingidos pelas crises sucessivas que o país atravessou, as quais combinadas com a incorporação de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, resultaram na eliminação de 13 mil postos de trabalho em 2000, em comparação com 1996.

Ao mesmo tempo, o setor de serviços se ampliou, em especial os segmentos que absorvem grande parte da força de trabalho feminina, como educação, saúde e administração pública, criando 94 mil ocupações entre 1996 e 2000.

A ampliação das oportunidades de trabalho para as mulheres constatada no país e na RMBH não significa necessariamente acesso a postos de trabalho melhor qualificados. Quando as desigualdades entre homens e mulheres se reduzem, sugerem BORGES e GUIMARÃES (2000:137), isso ocorre *não tanto pela melhoria das posições femininas no mercado de trabalho, mas, mormente, pelas perdas sofridas pelos homens, cujas melhores posições no mercado de trabalho vêm sendo duramente atingidas pelas transformações em curso*.¹⁵

As mulheres ainda se mantêm numa posição desvantajosa, inserindo-se mais fragilmente no mercado de trabalho em geral, particularmente em ocupações de baixa qualidade (baixa remuneração, piores condições de trabalho, jornada parcial) e em condições que favorecem a situação recorrente de desemprego, em todas as faixas etárias e nos vários graus de escolaridade.

Por outro lado, estudos revelam que as mulheres mineiras têm ampliado sua participação na direção das empresas, nos segmentos de micro e pequenos empreendimentos, com predominância no ramo de serviços.

¹⁴ A crescente inserção feminina no mercado de trabalho no país deriva da importância cada vez maior do trabalho da mulher na formação da renda familiar e das mudanças históricas ocorridas na relação entre as esferas pública e privada, que resultaram na transformação da organização familiar e doméstica e na liberação das mulheres para a esfera pública.

¹⁵ Esse processo de generalização de um padrão de inserção no mercado de trabalho mais tipicamente relacionado às mulheres é nomeado pelos especialistas feminização do mundo do trabalho e feminização da pobreza.

Vale lembrar que a incorporação das mulheres nas atividades produtivas geralmente ocorre conforme os padrões socialmente construídos, relacionados à tradicional divisão sexual de tarefas da esfera reprodutiva, o que leva a considerar algumas ocupações mais adequadas às mulheres porque correspondem mais às representações simbólicas associadas ao feminino.

Na cultura, os grupos de execução e de direção e planejamento são majoritariamente ocupados por homens, em todos os anos da série. As mulheres apresentam participação percentual superior à dos homens apenas no grupo ocupacional de apoio (exceto em 1998) e revelam tendência de crescimento nas ocupações mal definidas, caracterizadas por níveis mais baixos de escolaridade e de rendimentos e, geralmente, com precárias condições de trabalho (tab.3).

Porém, os números mostram que, para os que não trabalham com carteira assinada, como os autônomos, há maior participação percentual de mulheres. Enquanto que no grupo dos assalariados as mulheres representam 37,5%, no de autônomos, essa participação cresce para 44,2%.

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS DO SEXO MASCULINO E FEMININO NAS ATIVIDADES CULTURAIS POR GRUPOS OCUPACIONAIS, REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, 1996 A 2000.

Grupo ocupacional	MASCULINO				
	1996	1997	1998	1999	2000
Direção e Planejamento..	56,2	59,6	54,1	58,1	50,7
Execução.....	65,7	41,8	67,9	64,6	63,7
Apoio.....	46,7	45,1	55,1	47,9	49,5
Mal definidas.....	59,5	43,9	59,3	57,1	50,2
Grupo ocupacional	FEMININO				
	1996	1997	1998	1999	2000
Direção e Planejamento..	43,8	40,4	45,9	41,9	49,3
Execução.....	34,3	38,2	32,1	35,4	36,3
Apoio.....	53,3	54,9	44,9	52,1	50,5
Mal definidas.....	40,5	36,1	40,7	42,9	49,8

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG

4.1.2 Idade

No período em análise, a maior participação percentual da população ocupada nas atividades culturais corresponde à faixa etária de 25 a 39 anos de idade (42,7%, em 2000). Também no conjunto da população ocupada essa faixa etária predomina (42,1%). Mas, nota-se que a participação dos mais jovens, de 10 a 24 anos, é maior na cultura que no caso dos ocupados em geral. A proporção de jovens

na cultura, na condição de assalariados, é duas vezes superior à de jovens na condição de autônomo. Entretanto, de 1999 para 2000, houve elevação dos ocupados mais jovens na cultura, enquanto no mercado de trabalho em geral a proporção de ocupados nesta faixa etária ficou estável (embora tenha se reduzido a proporção daqueles com idade entre 15 e 17 anos).

Os jovens possuem dificuldade maior de inserção no mercado de trabalho, que pode estar relacionada à falta de experiência. Além disso, constata-se em período recente, a redução de sua participação no mercado de trabalho. Este fenômeno pode estar associado a três fatores correlacionados: primeiro, o fato de que, geralmente, em momentos de retração do mercado, este grupo tende a ir para a inatividade. O segundo, o aumento da cobertura da educação em período recente geralmente se associa à saída de crianças e adolescentes do mercado. Por último, ações deliberadas do Estado para dificultar a inserção precoce no mercado, como a proibição do trabalho assalariado com carteira de jovens de até 16 anos, exceto na condição de aprendizes.

A inserção dos trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho da cultura ocorre principalmente no segmento dos autônomos, em que 6,4% têm 60 anos ou mais, contra 1,8% dos assalariados na mesma faixa etária. Os autônomos também revelam proporção maior de trabalhadores de 40 a 59 anos de idade. Neste caso, estão 30,8% de autônomos para 21,1% de assalariados, embora em números absolutos haja mais assalariados do que autônomos no mercado de trabalho da cultura (tab.2).

4.1.3 Cor

Branco e amarelo são maioria no mercado de trabalho cultural na série em estudo. Porém, pretos e pardos aumentaram sua participação em 1998 e 1999. Em 2000, a proporção de brancos volta a se elevar, embora ainda permaneça inferior à observada nos três primeiros anos da série. Essa mudança vem sendo observada nos demais setores da economia de modo mais acentuado. Em 1998, ocorre uma inversão no mercado de trabalho em geral, passando os pre-

tos e pardos a superarem o número de brancos e amarelos na população ocupada. Isso pode estar associado a vários fatores, como o aumento de empregos precários no período, um possível crescimento do grau de escolaridade e até a alteração de percepção dos entrevistadores no momento da captação das informações¹⁶ (tab.2).

Conforme pesquisas já evidenciaram, a posição dos trabalhadores no processo produtivo encontra-se articulada a sua condição racial.¹⁷ Assim é que *o simples fato de ser branco em nossa sociedade favorece um determinado posicionamento de vantagens estruturais e de privilégios raciais, sejam concretos ou simbólicos(...)*(BENTO, 2000:298).

TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NAS ATIVIDADES CULTURAIS POR GRUPOS OCUPACIONAIS SEGUNDO COR, REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, 1996 A 2000.

Grupo ocupacional	BRANCA				
	1996	1997	1998	1999	2000
Direção e planejamento.....	73,0	71,6	69,4	70,8	61,2
Execução.....	53,5	58,2	51,5	49,3	51,8
Apoio.....	49,4	52,0	53,4	42,2	48,6
Mal definidas.....
Grupo ocupacional	PRETA E PARDA				
	1996	1997	1998	1999	2000
Direção e Planejamento.....	27,0	28,2	30,4	28,7	38,8
Execução.....	46,4	41,8	48,5	50,6	48,2
Apoio.....	50,6	48,0	46,2	57,8	51,0
Mal definidas.....

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG
Nota: sinal convencional utilizado: ... O número de observações n°o permite desagregar a este nível

No mercado de trabalho da cultura, brancos e amarelos ocupavam, em 2000, 61,2% dos postos de trabalho no grupo ocupacional de direção e planejamento e 53,1% no grupo de execução, aos quais correspondem maior poder, qualificação profissional e rendimento. O contingente de pretos e pardos somente é superior ao dos brancos e amarelos nas ocupações de apoio, que apresentam condições mais precárias de trabalho. Ressalta-se que naquele ano pretos e pardos passam a ter participação maior nos grupos de direção e planejamento, embora continuem minoria¹⁸, enquanto há redução nos demais grupos.

¹⁶ Na PED/RMBH é o entrevistador quem define a cor do entrevistado conforme as opções branco, amarelo, pardo ou preto.

¹⁷ Para fins deste estudo, trataremos como semelhantes as categorias classificatórias cor e raça; a primeira, adotada pela PED/RMBH; e a segunda, mais utilizada nas pesquisas sobre relações raciais, embora cientes de que apresentam diferenças de posicionamento.

¹⁸ O responsável pelo crescimento de pretos e pardos no grupo de direção e planejamento foi o subsetor de planejamento e organização; quanto ao subgrupo de empresários, diretores e gerentes, houve redução de pretos e pardos.

A cor é um elemento de diferenciação e de hierarquização na distribuição das oportunidades no mercado de trabalho. Os estudos revelam que as desigualdades raciais se mantêm mesmo em iguais condições de escolaridade entre brancos e pretos. Contrariamente à ideologia da democracia racial brasileira, esse elemento é decisivo nos processos de seleção, promoção e demissão dos trabalhadores (tab.4).

4.1.4 Escolaridade

É notório que, nas últimas décadas, vêm aumentando os níveis de escolaridade da população brasileira, e da RMBH em particular, e a demanda por trabalhadores mais escolarizados e qualificados, decorrente da incorporação de novas tecnologias e formas de gestão de força de trabalho no processo produtivo. A educação, entendida como aprendizado continuado, que desenvolve a capacidade de se ajustar às mudanças, transforma-se no elemento essencial para a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho e para a competitividade das empresas. Constata-se ainda que, com a pequena oferta de trabalho em relação à demanda, os empregadores têm maior leque de escolha, e os critérios de contratação tornam-se mais seletivos, sem que isso resulte necessariamente numa correspondente recompensa monetária pelo trabalho. O resultado é que quem consegue atingir graus mais altos de escolaridade possui maior probabilidade de conseguir ocupação, mesmo aquém de suas qualificações, o que faz com que a participação das pessoas de escolaridade média ou superior na população ocupada aumente.

Nas atividades culturais existe uma forte restrição para a entrada de analfabetos. O nível de escolaridade é bem mais elevado que o do mercado de trabalho em geral. Além disso, a participação percentual do 2º grau completo e do 3º completo cresce a cada ano, com destaque para 1999 e 2000, ao mesmo tempo em que decresce a ocupação dos menos escolarizados. Esta também tem sido a tendência observada no mercado de trabalho como um todo, de tal forma que em 2000 a proporção dos trabalhadores menos escolarizados alcançou o menor patamar, e a dos mais escolarizados, o maior, nesses cinco anos considerados. Enfim, as exigências por escolaridade média ou superior vêm aumentando no mercado de trabalho junta-

mente com o incremento da oferta de trabalhadores mais escolarizados. Na cultura, a participação percentual de trabalhadores com no mínimo segundo grau completo é de 42,4% para os assalariados e 43,2% para os autônomos, o que aponta para a necessidade de qualificação e educação em qualquer modalidade de trabalho.

Cabe ressaltar que, na cultura, a participação de pessoas com nível de escolaridade mais elevado deve-se, em parte, à representação neste grupo daqueles que se encontram em espaços ocupacionais tipicamente culturais (jornalistas, escritores, bibliotecários, museólogos etc.). Em 2000, 28,9% desses trabalhadores apresentavam grau de escolaridade correspondente ao 2º grau completo e ao 3º incompleto; 33,3%, ao 3º grau completo (tab.2).

4.2 A composição das atividades culturais segundo características do mercado

O mercado de trabalho da cultura possui algumas peculiaridades no que tange a sua população. Geralmente são profissionais com escolaridade média superior à da população ocupada como um todo, e há participação maior de indivíduos entre 25 e 39 anos. Mas, quais são as características desse segmento no que se refere às formas de contratação, ao tipo de empresa, de jornada de trabalho e de ocupações deste setor?

TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL E NAS ATIVIDADES CULTURAIS SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS DE INSERÇÃO ECONÔMICA, REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, 1996 A 2000.

(Continua)

ESPECIFICAÇÃO	ATIVIDADES CULTURAIS				
	1996	1997	1998	1999	2000
Posição na Ocupação					
Assalariado no setor privado com carteira assinada.	40,3	40,2	42,5	44,4	41,4
Assalariado no setor privado sem carteira assinada.	16,0	15,2	14,9	13,0	13,8
Autônomos.....	27,6	29,7	28,5	28,3	30,2
Outras (1).....	16,1	14,9	14,1	14,3	14,6
Tamanho da Empresa dos ass. do setor privado					
Até 5 Empregados.....	19,0	17,3	22,4	17,6	16,8
De 6 a 49 empregados.....	40,1	43,0	44,7	39,6	39,0
De 50 a 499 empregados.....	25,7	22,9	21,9	29,4	27,2
De 500 ou mais Empregados.....	15,2	16,9	11,0	13,4	17,0
Jornada de Trabalho					
até 24 horas.....	17,9	20,7	18,5	17,1	14,5
de 25 a 39 horas.....	23,2	19,7	24,2	20,3	19,3
de 40 a 44 horas.....	18,9	22,2	22,5	22,6	26,9
mais de 44 horas.....	40,0	37,4	34,9	40,0	39,3

ESPECIFICAÇÃO	ATIVIDADES CULTURAIS				
	1996	1997	1998	1999	2000
Local onde funciona a empresa ou negócio					
Residência.....	16,9	13,9	13,3	13,4	15,2
fora da residência.....	72	73,7	75,6	74	71,6
sem instalação fixa.....
sem equipamento.....
ESPECIFICAÇÃO	POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL				
	1996	1997	1998	1999	2000
Posição na Ocupação					
Assalariado no setor privado com carteira assinada.	39,3	39,6	39,9	39,1	39,2
Assalariado no setor privado sem carteira assinada.	9,8	9,6	9,7	9,7	9,9
Assalariado no setor público.....	13,7	12,7	12,4	12,6	12,7
Autônomos.....	18,9	19,8	20,1	21,0	20,6
Outras (2).....
Tamanho da Empresa (3)					
Até 5 Empregados.....	19,5	19,5	21,1	20,1	19,3
De 6 a 49 empregados.....	32,9	32,2	34,1	34,3	33,1
De 50 a 499 empregados.....	26,3	24,2	23,0	24,8	24,6
De 500 ou mais Empregados.....	21,3	24,2	21,8	20,8	23,1
Jornada de Trabalho					
até 24 horas.....	11,7	13,0	13,9	13,0	12,4
de 25 a 39 horas.....	19,6	18,4	19,9	18,2	17,4
de 40 a 44 horas.....	21,3	22,2	22,8	24,4	26,1
mais de 44 horas.....	47,4	46,4	43,5	44,3	44,2
Local onde funciona a empresa ou negócio					
Residência.....	5,8	5,3	5,2	5,2	5,3
fora da residência.....	62,3	62,7	63,1	62,5	63,1
Sem instalação fixa.....	7,1	8,0	8,2	8,5	7,9
Sem equipamento.....	24,8	24,1	23,5	23,9	23,7

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG
 Nota: sinal convencional utilizado: ... O número de observações não permite desagregação a este nível
 (1) Assalariados no setor público, empregadores, profissionais universitários autônomos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial e outras posições.
 (2) Empregadores, profissionais universitários autônomos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial e outras posições.
 (3) Refere-se aos assalariados no setor privado

4.2.1 Posição na ocupação

Segundo a posição na ocupação, os assalariados no setor privado com carteira assinada constituem o grupo que apresenta a maior participação percentual, nas atividades culturais no período de 1996 a 2000. Enquanto 41,4% dos ocupados na cultura são assalariados com carteira assinada, na população ocupada como um todo esta proporção foi de 39,2%, em 2000. Além disso, vale registrar que, a despeito dos impactos conjunturais desfavoráveis já apontados, no "setor" cultural, a proporção de assalariados com carteira assinada elevou-se tanto em 1998 quanto em 1999, enquanto para o conjunto dos ocupados houve retração desta forma de contratação, acompa-

nhando a tendência observada em todo o país, nos anos 90, de destruição de vagas no mercado formal. Mas, em 2000, enquanto o conjunto da população apresentou estabilidade da proporção de assalariados com carteira assinada, na cultura houve declínio, embora permaneça em patamar superior ao encontrado no primeiro ano da série. O peso de parte do setor industrial (gráficas, editoras, fabricação de instrumentos musicais, indústria cinematográfica e fonográfica entre outros) é responsável por este alto nível de assalariamento formal. Além disso, o segmento de serviços que faz parte da cultura - diversão, radiodifusão e teledifusão - possui elevada proporção de assalariados.

Vale notar que os autônomos e assalariados sem carteira têm participação bem maior nas atividades culturais que entre os ocupados como um todo, embora, ao longo dos anos, constate-se um declínio gradativo dessas categorias. Assim, enquanto 30,2% dos ocupados na cultura são autônomos e 13,8%, assalariados sem carteira, no total de ocupados, 20,6% são autônomos e 9,9%, assalariados sem carteira assinada, em 2000.

Através da PED, pode-se separar os trabalhadores autônomos em duas categorias: os que trabalham para o público em geral, não são intermediários de empresa e não passam por um intermediário para colocar seu produto no mercado. E os que trabalham para uma ou mais empresas, que são aqueles que trabalham sempre para uma determinada empresa ou pessoa. A primeira situação indica que o indivíduo possui total autonomia de trabalho, condicionada apenas pelo mercado. Inclui tanto artesãos que produzem e vendem seus próprios produtos quanto os que trabalham sob encomenda. A segunda situação implica certo grau de subordinação e pode significar uma forma disfarçada de assalariamento.

Isso posto, verifica-se que 72,6% dos trabalhadores autônomos, na cultura, oferecem seus serviços diretamente ao mercado, enquanto 27,4% trabalham para empresas.

Quanto aos setores econômicos selecionados, constata-se que, no grupo de autônomos, 35% trabalham na indústria do artesanato (onde 82,9% são autônomos)¹⁹ e 28,1%, nos serviços de diversão, teledifusão e rádio difusão.

¹⁹ Vale registrar que esta proporção de 2000 indicou considerável expansão da proporção de trabalhadores autônomos. No ano anterior, os autônomos representavam 71,4% dos ocupados neste segmento.

4.2.2 Tamanho da empresa

A composição das empresas na RMBH, por tamanho, não se diferencia no segmento cultural, exceto o peso menor que as empresas com 100 ou mais empregados têm na cultura (com destaque para aquelas que empregam 500 ou mais pessoas). Nota-se que houve redução da proporção de assalariados que trabalhavam em micro e pequenas empresas (até 49 empregados) em 1999 e 2000. Neste último ano, estas empresas reduziram sua participação, enquanto as grandes (500 ou mais empregados) aumentaram-na, tanto em relação a 1996 quanto ao ano anterior.

Na cultura, em 2000, as micro empresas de até 5 empregados empregavam 16,8% dos assalariados, contra 19,3% no conjunto dos ocupados. As pequenas empresas (de 6 a 49 empregados) acolhiam 39% dos empregados assalariados, proporção superior à média da população ocupada (33,1%), assim como as empresas com 50 a 499 empregados, que, na cultura, ocupavam 27,2% dos assalariados, contra 24,6% na população ocupada em geral. Já nas grandes empresas ocorre o oposto; nelas encontram-se 17% dos assalariados do setor cultural, para 23,1% do conjunto dos ocupados.

As pequenas empresas enfrentam dificuldades maiores de sobrevivência por serem menos desprotegidas para lidar com as restrições impostas pelas políticas macroeconômicas. Esta maior fragilidade advém do fato de que serem *menos protegidas nos períodos recessivos e terem menor capacidade de ampliar suas atividades nos momentos de grande atividade econômica devido às limitações de acesso ao crédito e de incorporação de nova tecnologia* (MONTAGNER, 2000:164). Embora tenha havido pequena redução dos assalariados que trabalham em micro e em pequenas empresas, elas ainda são responsáveis por ocupar a maioria dos trabalhadores do setor cultural (52,4%). As pequenas e as micro empresas tendem a pagar salários mais baixos e a burlar a legislação de proteção ao trabalhador, além de apresentar a fragilidade apontada anteriormente (tab.5).

4.2.3 Jornada de trabalho

No mercado em geral e nas atividades culturais, respectivamente, 44,2% e 39,3% dos trabalhadores fizeram jornada de trabalho superior a 44 horas semanais, acima, portanto, do limite legal. Na cultura, 37,7% dos trabalhadores assalariados e 35,7% dos autônomos cumprem essa jornada. Entretanto, esta revela participações percentuais superiores às do conjunto dos demais setores nas jornadas de até 24 horas e de 25 a 39 horas. Mais da metade dos autônomos (50,5%), contra 35% dos assalariados, respondem por essas jornadas menores. Destaca-se que um terço dos autônomos (32,4%) trabalha até 24 horas, o que pode indicar a dificuldade de encontrar ocupação com jornada maior e o exercício de uma multiplicidade de pequenas tarefas (tab.5).

4.2.4 Local onde funciona a empresa ou negócio

A grande maioria dos trabalhadores do mercado de trabalho da cultura, 71,6%, trabalha em empresa ou negócio fora de sua residência. Pode-se verificar esse fato também no conjunto dos demais setores, porém, de forma menos acentuada (63,1 %). No entanto, chama a atenção a proporção quase três vezes superior dos ocupados na cultura que trabalham em casa, em comparação com os percentuais do conjunto dos outros setores. A alta proporção de trabalhadores com reduzido grau de capitalização (trabalham na residência) resulta da grande quantidade de trabalhadores autônomos, grupo em que somente pequena parte tem acesso ou necessita de espaços de funcionamento que exigiam grau de capitalização maior.

No mercado de trabalho da cultura, 41,7% dos autônomos trabalham em casa, 38,5%, fora da residência e 18,5% não têm instalação fixa. A situação dos assalariados é bem diferente. A grande maioria destes trabalha fora da residência (89%) e apenas 1,1% em casa.

O trabalho autônomo serve muitas vezes como sobrevivência fora dos canais formais de manutenção, sendo desta forma bastante heterogêneo. Neste grupo fazem parte desde trabalhadores altamente escolarizados, que empregam capital elevado e instrumentos elaborados, até aqueles bastante precários. No segmento da cultura, os autônomos podem ser tanto os trabalhadores egressos do setor for-

mal da economia, que, com a onda de terceirizações passa a desempenhar o mesmo trabalho sem estar vinculado às empresas, ou o artesão, artista plástico, escultor, escritor, que trabalha na própria residência.

Por outro lado, no mercado de trabalho cultural, a proporção dos que trabalham sem instalação fixa é menor do que a do mercado em geral, e o número de pessoas que trabalham sem equipamento é bastante reduzido (tab.5).

4.2.5 Grupos ocupacionais

No período de 1996 a 2000, grande parte dos trabalhadores das atividades culturais concentrava-se no grupo ocupacional de execução, particularmente naquelas funções que exigem maior qualificação da mão-de-obra. Comparando-se com o mercado de trabalho em geral, na cultura existe uma proporção maior de ocupações de direção e planejamento e de execução. Além disso, vale registrar que, no grupo de ocupações qualificadas de execução, estão ocupados 29,5% dos trabalhadores da cultura, enquanto, no mercado de trabalho em geral, somente 10,3% dos ocupados estavam neste grupo (tab.6).

Confirmando as asserções feitas em relação à maior escolaridade dos ocupados na cultura, constata-se maior concentração dos ocupados deste setor em ocupações mais qualificadas (direção e planejamento e no grupo de qualificados e semi-qualificados de execução) apesar da elevação da proporção dos ocupados em atividades de apoio e da redução da de direção e planejamento e de execução, no último ano (tab.6).

Em 1999 e 2000, os serviços de diversão, radiodifusão e teledifusão apresentam participação maior de ocupados no grupo que engloba as ocupações de direção e planejamento que os demais setores econômicos selecionados. Quanto às funções de execução, nestes mesmos anos, a maioria dos trabalhadores encontra-se, respectivamente, no artesanato, nas indústrias de transformação e nas editoras e gráficas (tab.6).

TABELA 6: DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NAS ATIVIDADES CULTURAIS POR GRUPOS OCUPACIONAIS REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, 1996 A 2000. (%)

Grupo ocupacional	1996	1997	1998	1999	2000
Direção e Planejamento.....	20,9	21,6	21,5	23,1	22,7
Execução.....	56,3	57,2	56,4	56,7	55,5
Qualificados.....	29,0	30,8	28,2	28,3	29,2
Semi qualificados.....	24,6	22,7	24,2	26,0	23,5
Apoio.....	14,2	11,9	15,1	13,5	12,8
Mal definidas.....	8,7	9,3	7,0	6,8	9,1

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informática (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG

5 EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS NAS ATIVIDADES CULTURAIS

Nos primeiros anos do Plano Real houve melhora dos indicadores de rendimento, tanto em termos médios quanto em relação à concentração de renda. No entanto, a partir de 1997, constata-se redução da renda real média, o que se aprofunda nos anos seguintes, atingindo principalmente os trabalhadores com rendimentos mais elevados.

A renda média no agregado atividade cultural apresentou diferenças de comportamento em relação ao mercado de trabalho em geral. Enquanto neste último a renda média declinou no período em análise, a da cultura elevou-se em 1997, para no ano seguinte sofrer a sua maior queda e recuperar-se nos dois últimos anos, porém, sem conseguir alcançar o patamar do início da série. Ressalta-se que esta oscilação correspondeu exatamente à encontrada no nível ocupacional de cada ano, ou seja, a queda e o aumento do rendimento real médio corresponderam ao mesmo movimento da ocupação.

O rendimento real médio de R\$ 756, nas atividades culturais, em 2000, representou acréscimo de 1,7% em relação a 1999. Foi para os 5% mais ricos que o limite superior do rendimento se elevou mais (9,8%). O rendimento médio aumentou também para os 10% mais pobres (4,1%), permaneceu estável para os 25% com rendimentos mais baixos e caiu para as demais faixas de renda. Mas convém

chamar atenção para o fato de que o salário mínimo vigente na maior parte do ano de 2000 era de R\$ 151, mesmo valor do limite superior do primeiro grupo de renda. Neste ano, a mediana retraiu-se 2,3%, indicando a piora da renda da metade da população ocupada na cultura (tab.7).

Considerando-se somente as funções tipicamente culturais, a queda mais significativa ocorreu em 2000 (-10,6%), depois do elevado acréscimo observado em 1999 (14,8%). Houve aumento somente para o grupo dos 10% com as menores rendas (4,6%) (tab.7).

TABELA 7: EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS E PERCENTIS DE RENDA DOS OCUPADOS NO MERCADO DE TRABALHO EM GERAL E NO SETOR CULTURAL, REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, 1996 A 2000.

Em R\$ de nov/00

ESPECIFICAÇÃO	1996	1997	1998	1999	2000
Ocupados	711	705	673	646	639
10% mais pobres ganham atQ.....	138	140	139	146	151
25% mais pobres ganham atQ.....	209	217	223	216	208
50% ganham atQ.....	374	369	354	338	341
25% mais ricos ganham acima de.....	747	719	688	669	644
10% mais ricos ganham acima de.....	1.607	1.541	1.476	1.370	1.353
5% mais ricos ganham acima de.....	2.512	2.386	2.290	2.208	2.082
Ocupados nas atividades culturais	790	795	728	743	756
10% mais pobres ganham atQ.....	139	141	138	145	151
25% mais pobres ganham atQ.....	227	236	228	229	230
50% ganham atQ.....	417	447	454	429	419
25% mais ricos ganham acima de.....	831	942	851	858	838
10% mais ricos ganham acima de.....	1.902	1.789	1.710	1.712	1.677
5% mais ricos ganham acima de.....	2.594	2.827	2.294	2.283	2.508
Ocupados em funções tipicamente culturais	1.000	931	870	999	893
10% mais pobres ganham atQ.....	138	140	137	144	150
25% mais pobres ganham atQ.....	283	282	229	286	250
50% ganham atQ.....	613	573	571	578	560
25% mais ricos ganham acima de.....	1.305	1.177	1.155	1.226	1.118
10% mais ricos ganham acima de.....	2.334	2.336	1.848	2.220	2.002
5% mais ricos ganham acima de.....	2.978	2.964	2.703	3.217	3.006

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informática (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG

A comparação entre o rendimento real médio da população ocupada como um todo e o encontrado na cultura evidencia que o segundo é 18,3% superior ao primeiro, em 2000. Esta diferença se amplia para 39,7% quando consideramos somente as ocupações tipicamente culturais que apresentam níveis mais elevados de escolaridade e estão melhor representadas nos estratos ocupacionais mais valorizados socialmente. O rendimento médio deste grupo (R\$ 893) revela-se, ainda, 16,6% superior ao da indústria metal mecânica (R\$766)²⁰, 6,6% superior aos serviços de educação e 22,8% inferior ao dos serviços especializados (R\$1.156)²¹, no mesmo período, diferenças que se acentuaram neste último ano.

A diferença do rendimento médio das atividades culturais, 12,4% menor que o da indústria metal-mecânica e 39,4% menor que os serviços especializados, em 1996, apresenta ao longo dos anos tendência de diminuição, chegando a, respectivamente, 1,3% e 34,6%, em 2000, ainda que isto se deva ao declínio maior da renda dos ocupados na indústria metal-mecânica e nos serviços especializados neste período. Destarte, entre 1996 e 2000, o rendimento real médio declinou 11,3% nos serviços especializados, 15,1% na indústria metal-mecânica e somente 4,3% nas atividades culturais (tab. 8).

²⁰ A indústria metal-mecânica se caracteriza por ocupar trabalhadores geralmente com escolaridade mais elevada, possui uma das maiores proporções de contratos formalizados – assalariados com carteira assinada – e, paga salários melhores que outros segmentos da indústria e do setor de serviços.

²¹ Estão incluídos nos serviços especializados as atividades dos escritórios de engenharia e arquitetura, assessoria técnica, consultoria, pesquisa, análise e processamento de dados, publicidade, jurídicos, despachantes, serviços de decoração, pintura, desenho, escultura e outros. São serviços que se caracterizam por elevado grau de escolaridade. Parte deles integra o mercado de trabalho da cultura, mas, por impossibilidade de desagregação dos dados, não pode ser tratada como tal.

TABELA 8: EVOLUÇÃO DO DOS RENDIMENTOS DOS OCUPADOS NO MERCADO DE TRABALHO EM GERAL, NAS ATIVIDADES CULTURAIS, E EM ALGUNS SUBSETORES SELECIONADOS, REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, 1996 A 2000.

ESPECIFICAÇÃO	Em R\$ de nov. 2000				
	1996	1997	1998	1999	2000
Ocupados.....	711	705	673	646	630
Atividades Culturais.....	790	795	728	743	750
Funções Tipicamente Culturais.....	1.000	931	870	999	890
Indústria Metal Mecânica.....	902	929	836	846	760
Serviços Especializados.....	1.303	1.181	1.169	1.135	1.150
Serviços de Educação.....	816	813	858	823	841

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informação (CEI), Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG

Levando-se em conta o conjunto dos cinco anos analisados, os autônomos e os assalariados apresentam renda média bastante similar, de respectivamente, R\$ 690 e R\$ 697, inferior à das atividades culturais como um todo (R\$ 764). Isto indica que as rendas maiores do grupo da cultura são as das categorias de proprietários e profissionais universitários autônomos, que, embora tenham peso pequeno neste setor, elevam sua renda média. A distribuição da renda por percentil indica que os autônomos apresentam limites de rendimento inferiores aos assalariados, exceto nas faixas intermediárias (mediana e 25% mais ricos) (tab.9).

TABELA 9: RENDIMENTOS MÍDIOS E PERCENTIS DE RENDA DOS AUTÔNOMOS E ASSALARIADOS NAS ATIVIDADES CULTURAIS, REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, MÊS DE 1996 A 2000.

ESPECIFICAÇÃO	Em R\$ de nov. 2000	
	RENDIMENTO MÍDIO DE 1996 A 2000	
Autônomos nas atividades culturais.....	690	
10% mais pobres ganham atQ.....	103	
25% mais pobres ganham atQ.....	208	
50% ganham atQ.....	416	
25% mais ricos ganham acima de.....	802	
10% mais ricos ganham acima de.....	1.539	
5% mais ricos ganham acima de.....	2.083	
Assalariados nas atividades culturais.....	697	
10% mais pobres ganham atQ.....	148	
25% mais pobres ganham atQ.....	228	
50% ganham atQ.....	406	
25% mais ricos ganham acima de.....	768	
10% mais ricos ganham acima de.....	1.554	
5% mais ricos ganham acima de.....	2.236	

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informação (CEI), Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte importante do setor econômico da cultura, particularmente o comércio de produtos culturais e alguns segmentos do setor serviços (especializado, educação), não pode receber tratamento estatístico adequado devido às limitações da base de dados disponível. Por conseguinte, estes setores não puderam ser submetidos à análise da mesma forma que os setores econômicos selecionados o foram. Isso teve conseqüências que requerem considerações. Em primeiro lugar, exigiu uma atitude metodológica e conceitual flexível, que permitisse lidar com as limitações, de forma a viabilizar o estudo, e que, ao mesmo tempo, atendesse ao rigor de um estudo técnico. Em segundo lugar, e intrinsecamente relacionada à consideração anterior, emerge a questão da propriedade dos resultados alcançados. O perfil do mercado de trabalho da cultura na RMBH, no período de 1996 a 2000, foi adequadamente traçado ou o agregado das atividades culturais aqui delimitado apresenta viés? E, ainda, o que nos apontam os resultados em termos de continuidade desse campo de estudo e de desenvolvimento de políticas econômicas e culturais para o setor? É o que se tentará responder.

Inicialmente, convém destacar que a limitação das pesquisas existentes evidenciam a importância de avançar em desagregações e formulação de outras estruturas de bancos de dados mais adequados a área da cultura em sua interface com trabalho e emprego.

Esse primeiro esforço de sistematização e análise da ampla base de dados da PED/RMBH, sob o ângulo do mercado de trabalho da cultura e sua evolução no período de cinco anos, permitiu traçar uma caracterização, sob diversos aspectos, reveladora de uma realidade ainda precariamente estudada seja por economistas, sociólogos ou estudiosos da cultura. São em média 60 mil profissionais que têm nas atividades culturais seu emprego principal na RMBH. Isto representa 37,8% a mais de pessoas ocupadas na cultura do que na indústria têxtil e do vestuário, 27,9% a menos do que na indústria metal-mecânica e 29,5% a menos do que nos serviços de educação. Vale lembrar que, se houvesse sido possível ampliar o setor cultural com todas as ocupações do comércio e da educação, certamente a magnitude do mercado de trabalho da cultura seria maior.

No que diz respeito às características pessoais dos trabalhadores, o mercado de trabalho cultural mostra-se predominantemente masculino, exceto no subsetor artesanato. As mulheres, geralmente inseridas nas atividades produtivas conforme as representações simbólicas associadas ao feminino, apresentam na cultura participação percentual superior à dos homens apenas nas ocupações de apoio e vêm ampliando sua inserção nas ocupações de baixa qualidade. Apresentam, no entanto, melhor participação percentual no segmento dos trabalhadores autônomos do que no dos assalariados.

Assim como o sexo, a cor é elemento de diferenciação e de hierarquização na distribuição das oportunidades no mercado de trabalho. São os homens e as pessoas de cor branca que constituem a maioria dos trabalhadores da cultura e se inserem nos espaços ocupacionais de maior poder, qualificação e rendimento. Os negros e pardos são maioria nas ocupações mal definidas, mas apresentam tendência de crescimento em ocupações melhor posicionadas, como as de apoio e execução.

Os trabalhadores do segmento cultural apresentam nível de escolaridade mais elevado do que o encontrado no mercado de trabalho e, em geral, inserem-se nas funções mais qualificadas. Neste sentido, tem um peso especial a presença de escritores, museólogos, jornalistas, artistas plásticos, músicos, cineastas etc., ocupações com alto grau de escolaridade. Acompanhando tendência observada no mercado de trabalho, cujos critérios de contratação tornam-se cada vez mais seletivos, a participação dos mais escolarizados na cultura tende a crescer.

A correlação positiva entre nível de renda e grau de escolaridade é evidenciada no setor cultural, responsável por um rendimento real médio superior ao da população ocupada, em todos os anos da série.²² No entanto, o aumento da escolaridade não resulta necessariamente numa correspondente recompensa monetária para o trabalhador. Ao longo dos anos, enquanto os níveis de escolaridade aumentaram, o rendimento médio das atividades culturais oscilou, apresentando perdas significativas. Em 2000, por exemplo, a renda de metade da população ocupada na cultura retraiu 2,3% (depois da queda de 5,6% em 1999), com forte impacto no grupo dos trabalhadores mais po

²² O rendimento real médio do setor cultural, no ano de 2000, apresentou um pequeno acréscimo (1,7%) em relação ao ano anterior, porém foi bastante inferior aos valores auferidos nos primeiros dois anos da série.

bres. Mesmo os ocupados nas funções tipicamente culturais, com níveis mais altos de escolaridade e rendimento médio 39,7% superior ao da população ocupada no mercado geral, sofreram redução da renda. Neste grupo, todas as faixas de renda tiveram retração, ao contrário do que ocorreu no ano anterior, em que, nos grupos de rendas mais elevadas houve maior capacidade de recuperação.

Quanto à idade, no conjunto da população ocupada e nas atividades culturais predominam os trabalhadores de 25 a 39 anos de idade. Porém, aqui os mais jovens (10 a 24 anos) têm maior participação. Já os mais velhos (acima de 60 anos) estão proporcionalmente melhor representados no trabalho autônomo do que no assalariado.

A inserção econômica no mercado de trabalho da cultura ocorre mais fortemente na forma de trabalho assalariado com carteira assinada, com tendência de crescimento. Para o mercado de trabalho na RMBH, essa forma de inserção é um pouco menos acentuada e declinou no último ano, acompanhando tendência observada no país. Parte da indústria cultural e o segmento de serviços culturais foram responsáveis pelo aumento deste tipo de contratação, que pode resultar em maior estabilidade e garantia de cumprimento dos direitos trabalhistas. Isto, de certa forma, depende do tamanho da empresa. Empresas grandes são, em geral, menos frágeis e mais capazes de enfrentar períodos recessivos. Mas o que se observa na estrutura de trabalho urbano no país e na RMBH, com reflexos também no segmento cultural, é o crescimento da geração de empregos nas empresas de pequeno porte. O impacto da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho na década de 90 provocou enxugamento nas empresas e gerou um processo de terceirização caracterizado pelo aumento de pequenas e micro empresas, fatores que podem indicar ampliação de oportunidades de trabalho para alguns e perda de qualidade de emprego para outros.

As atividades culturais também abrigam proporção maior de autônomos e de assalariados sem carteira assinada do que o conjunto das demais. É um mercado de trabalho mais sujeito à instabilidade, à burla e a jornadas de trabalho mais reduzidas, que sugerem dificulda-

de de encontrar ocupação com jornada maior e também o exercício de múltiplas tarefas. Por outro lado, no caso dos autônomos, os indivíduos são donos de seu tempo e da organização de sua atividade, trabalhando em grande parte na própria residência. O segmento dos autônomos, no entanto, é bastante heterogêneo. Nele têm grande peso as ocupações tipicamente culturais (artistas plásticos, compositores, fotógrafos etc.), que apresentam nível de escolaridade e capital mais alto, e possibilidade de utilizar instrumentos elaborados, bem como as atividades artesanais que são exercidas muitas vezes em condições precárias.

Convém ressaltar que nas atividades culturais as posições na ocupação estão mais concentradas do que no mercado de trabalho em geral em que 30,3% dos ocupados estão no grupo "outras" contra 14,6% na cultura. O mercado de trabalho da cultura, embora concentrado nestas três posições: assalariado com carteira assinada, assalariado sem carteira assinada e autônomos, é diverso. A heterogeneidade das formas de organização das manifestações culturais correspondem modos diferentes de inserção no trabalho. De um lado, o funcionário com carteira assinada da gráfica, editora, indústria fonográfica; de outro, o ilustrador, o escritor, o músico vivendo realidades de trabalho distintas no processo da produção cultural.

Os modos de trabalhar se ampliam no mundo contemporâneo e o mercado cultural reflete esta mudança. Conforme esclarece PASTORE (2000:92), no mundo do emprego *estão os postos de trabalho fixos, que constituem a alma das empresas e que dependem de continuidade, comprometimento, competência e bom relacionamento entre os profissionais*. Já no mundo do trabalho, *estão as atividades que podem ser realizadas fora das empresas, de modo intermitente ou duradouro, por profissionais que pertencem a outras empresas, grandes ou pequenas, microempresas ou cooperativas de trabalho*. *Nesse mundo cresce também o número de pessoas que trabalham por conta própria, destinando sua produção diretamente a consumidores finais*.

O estudo, mesmo que tenha privilegiado o trabalho na indústria cultural, em decorrência da base de dados disponível, revela que a diversidade dos setores e dos produtos dessa indústria, ainda merecedores de poucas análises, também se estende às formas de inserção dos trabalhadores e às suas características pessoais. Disto resulta a necessidade de se proceder a estudos específicos e mais aprofundados do mercado de trabalho, sua organização e seu funcionamento em cada setor da produção cultural.

Conforme já demonstrado pelo trabalho da FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (1988), a indústria cultural no capitalismo contemporâneo constitui fonte de acumulação e valorização do capital. Este setor, como os outros setores não industrializados da produção cultural, são geradores de trabalho, emprego e renda. A renda média nas atividades culturais na RMBH é 18,3% superior à do mercado geral. Essa diferença se amplia para 39,7% no caso das ocupações tipicamente culturais. Cabe lembrar que, além de recursos materiais e financeiros, o processo de produção cultural depende de recursos humanos disponíveis e que atendam aos níveis cada vez mais exigentes de qualificação e treinamento do mercado de trabalho.

Ao Estado, ainda relutante em reconhecer a relevância econômica do mercado de trabalho da cultura, compete o planejamento de intervenções, em graus e formas variadas, de forma a consolidar e a dinamizar a produção cultural em seus vários subsectores. Neste sentido, investir no capital humano do trabalhador da cultura faz parte das condições necessárias à sua consolidação.

Ao lado de políticas de formação de público, através da facilitação do acesso econômico a espetáculos e da ampliação do espaço para as artes e a cultura no sistema educacional, promovendo o trabalho educativo de ensinar aos jovens a fruírem os bens culturais, concessão de incentivo fiscal à cultura (a exemplo das leis de incentivo federais, estaduais e municipais), desenvolvimento tecnológico, melhoria de materiais, equipamentos e instrumentos, apoio à distribuição e circulação dos produtos culturais e outras, destacamos a necessidade de ações direcionadas à preparação, profissionalização e aperfeiçoamento dos trabalhadores da cultura, de forma a atender as exigências do mercado privado e também da cultura alheia a este

mercado (preservação e difusão do patrimônio histórico, como o treinamento e qualificação de mão de obra para restauração do patrimônio cultural edificado, administração de órgãos públicos da cultura), medidas de financiamento de diversas naturezas (empréstimos, créditos a fundo perdido etc.), que visem atender segmentos culturais específicos de trabalhadores mais frágeis do ponto de vista econômico, políticas de divulgação e valorização do artesanato mineiro que ampliem os canais de comercialização, ações de incentivo direcionadas a projetos culturais criativos, experimentais, inovadores, sem apelo no mercado, mas importantes para o desenvolvimento cultural da região, dentre outras.

Políticas culturais coordenadas entre si geram benefícios múltiplos. Um evento cujas potencialidades são bem exploradas pode propiciar resultados positivos em várias direções, ainda que a curto prazo. A título de exemplo, a Campanha de Popularização do Teatro e da Dança na RMBH, ao viabilizar ingressos mais baratos nos primeiros meses do ano, consegue abrir o mercado de trabalho para 1 500 profissionais das artes cênicas, num período em que normalmente estariam ociosos, levar aos teatros aproximadamente 115 000 pessoas, formar um grupo de patrocinadores através do uso das leis de incentivo à cultura, divulgar os artistas mineiros e ampliar o tempo de permanência dos espetáculos, além do impacto indireto no comércio e nos serviços locais.

Quanto aos trabalhadores da cultura, além de responderem às exigências de uma formação profissional continuada, necessitam despende esforços para organizarem-se e para que seus interesses junto à iniciativa privada e ao Estado sejam representados. As características gerais do mercado de trabalho da cultura observadas neste estudo, através da primeira leitura dos traços constitutivos do perfil destes trabalhadores, não podem nos conduzir à ilusão de uma massa homogênea. Os trabalhadores da cultura são plurais. São múltiplas suas formas de inserção no processo de produção cultural. Por vezes, desenvolvem atividades várias, simultaneamente ou não. Essa multiplicidade requer políticas culturais diferenciadas, que levem em conta a variedade de necessidades e de demandas desses trabalhadores.

A importância econômica da cultura exige uma política equivalente à praticada para os demais setores produtivos. Neste novo século, será inevitável o reconhecimento do valor do trabalho cultural. Afinal, em sua dimensão econômica, cultura também dá trabalho.



7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Eliane. Ipea faz retrato do consumo da cultura. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, dez. 2000.

BORGES, Ângela; GUIMARÃES, Iracema Brandão. A mulher e o mercado de trabalho nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de Salvador. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 111-138.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Raça e gênero no mercado de trabalho. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 295-308.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. *Diagnóstico do setor editorial brasileiro*. Belo Horizonte, 1998.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. *Diagnóstico do setor editorial brasileiro*. Belo Horizonte, 1999.

COELHO, José T.. *Guerras culturais*. Arte e política no novecentos tardio. São Paulo: Iluminuras, 2000.

_____. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

DIEGUES, Carlos. *O cinema que o país merece*. Brasília: s.n, 2000. Mimeo.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Economia da cultura: reflexões sobre as indústrias culturais no Brasil*. Brasília: Ministério da Cultura, 1988.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Diagnóstico dos investimentos em cultura no Brasil*. Belo Horizonte, 1998. V.3.

FUNDAÇÃO SEADE. *Manual do entrevistador*. Belo Horizonte, 1994. Versão adaptada pela Fundação João Pinheiro.

FURTADO, Celso. Prefácio. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Economia da cultura: reflexões sobre as indústrias culturais no Brasil*. Brasília: Ministério da Cultura, 1988. P.5-6.

LEONE, Eugenia Troncoso. Renda familiar e trabalho da mulher... In ROCHA, Maria Isabel Baltar.(Org) *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 85-110.

MONTAGNER, Paula. Dinâmica e perfil do mercado de trabalho: onde estão as mulheres? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar.(Org) *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000. p.161-167.

PASTORE, José. O futuro do emprego. São Paulo, v.33, n.43, out.2000. Número especial. Veja, Sua carreira: um guia para quem chega ao mercado de trabalho..

POCHMANN, Márcio. O mundo do trabalho em mudança. In: NABUCO, Maria Regina, CARVALHO NETO, Antônio (Orgs) *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações de Trabalho) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1999.

ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

ROUET, François. L'approche économique de la culture: esquisse d'un bilan. *Culture e Recherche* Paris, n. 68, 1998.

SALGADO, Gilberto Barbosa. *O imaginário em movimento e expansão da indústria editorial no Brasil (1960 – 1994)*. 1995. Dissertação (Mestrado) - IUPERJ. Rio de Janeiro.

Cadernos do CEHC. Série Cultura

Nº 1 Além da diversão e arte, o pão:
o mercado de trabalho da cultura na
Região Metropolitana de Belo Horizonte

Centro de Estudos Históricos e Culturais (CEHC)

O CEHC tem como objetivo realizar estudos, pesquisas e publicações voltados para a valorização e divulgação da história e da cultura mineira, bem como atuar na formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas culturais nas esferas municipal, estadual e federal.

Entre suas linhas de atuação, destacam-se:

- a) realização de estudos e publicações nas áreas de história, sociologia e economia da cultura, antropologia, urbanismo e meio ambiente;
- b) divulgação da história e da cultura de Minas Gerais através das obras da Coleção Mineiriana e Centenário;
- c) assessoramento na formulação, monitoramento e avaliação de projetos e políticas culturais;
- d) proposição de instrumentos de fomento, linhas de financiamento e otimização dos recursos do setor cultural;
- e) promoção, organização e coordenação de seminários, debates e grupos de trabalho no campo da cultura;
- f) participação na coordenação institucional dos diversos órgãos da administração estadual afetos aos assuntos culturais;
- g) coordenação institucional e apoio técnico aos diversos órgãos da administração pública na definição de diretrizes para o setor cultural.

Publicações do CEHC Coleção Mineiriana

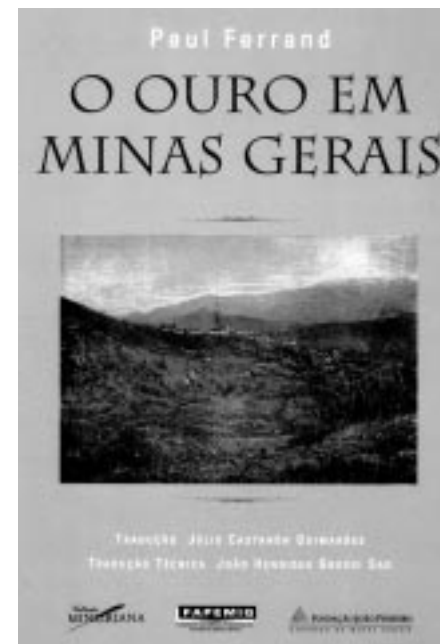


Códice Costa Matoso - Caetano da Costa Matoso
Estudo crítico: Luciano Raposo de Almeida Figueiredo

Obra do Ouvidor-Geral da Comarca de Vila Rica de 1749 a 1752, reunindo 145 manuscritos e cinco impressos sobre Minas Gerais colonial.
Livro inédito no Brasil.
R\$ 90,00 (dois volumes)

Inventário dos Manuscritos Avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)
Coordenação: Caio César Boschi

Obra em três volumes, contendo o inventário de cerca de 1500 documentos avulsos relativos à Capitania de Minas Gerais, depositados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Este trabalho tem índices onomásticos, antroponímicos e de assuntos.
R\$ 45,00 (três volumes)



O Ouro em Minas Gerais - Paul Ferrand.

Reedição do livro L'or à Minas Gerais, de Paul Ferrand. Engenheiro francês que chegou ao Brasil em 1882 para lecionar cadeiras básicas e aplicadas em diversas áreas da Escola de Minas de Ouro Preto. Ativo pesquisador da indústria de ferro em Minas e no Brasil, da mineração do ouro e de vários outros temas da Engenharia Civil e de Minas.
R\$ 25,00

Viagens na América do Sul
Alexander Caldleugh
Tradução: Julio Jeha

Esta obra aborda a trajetória do mineralogista, Alexander Caldleugh, entre 1819 e 1821. A publicação dá forma às relações entre o pensamento e a conduta que fundamentaram império inglês no início do século XIX.

R\$ 20,00





Último lançamento

Brasil Novo Mundo – Volume II,

Autor: Wilhelm Ludwig von Eschwege

Tradução: Myriam Ávila

Estudo introdutório: Friedrich E. Renger.

O livro, com 173 páginas, compõe-se de cinco dissertações sobre temas diversos que convidam a um passeio pela história e geografia do Brasil. São informações topográficas, geológicas, metalúrgicas, naturalistas, políticas e estatísticas colhidas entre 1810 e 1821, durante a estada de W. L. Eschwege no Brasil.

Em sua primeira dissertação, baseada em viagem empreendida do Rio de Janeiro a São Paulo, o autor reúne notícias sobre geologia, política e metalurgia, entre outros temas. De São Paulo a Vila Rica, o autor fala sobre a fabricação de ferro e armas, consumo de carvão, método de fundição de ferro e da sociedade em geral.

Na segunda dissertação, Eschwege faz comentários hidrográficos e observações sobre a formação de rios e seus afluentes, especialmente da bacia do Rio Amazonas, e dos rios Negro, Madeira, Mamoré, Guaporé, Paraguai, Jauru e Cuiabá. O volume traz ainda um anexo histórico sobre o Rio Negro.

A terceira dissertação traz estatística sobre a população do Bispado de Mariana na Província de Minas Gerais, especialmente com relação às taxas de crescimento e mortalidade. A população do bispado totalizava 390.685 pessoas, entre brancos e negros, livres e escravos. A população do Brasil na época era estimada em 3 milhões de habitantes.

A quarta dissertação dá notícias sobre as nações indígenas do sul do Brasil, especialmente da república da Companhia de Jesus do Paraguai.

A quinta e última dissertação, é uma listagem de coordenadas geográficas estabelecidas por diversos matemáticos e astrônomos, incluídas nessa obra para proveito de geógrafos e cartógrafos europeus e dele próprio, já que além de siderurgista, mineralogista e geólogo, também era cartógrafo.

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS:

Jornal do Brasil vol. I e II

Autor: W.L.Von Eschwege

Erário Mineral – 1735

Autor: Luiz Gomes Ferreira

Recordações de uma Vida Feliz

Autora: Marianne North

Descrição Curiosa das Principais Produções, Rios e Animais do Brasil, principalmente da Capitania de Minas Gerais

Autor: Joaquim José Lisboa

Minas Gerais e a História Natural das Colonias

Organização: Oswaldo Munteal

Obras várias de Virgil von Helmreichen

Autor: Vigil von Helmreichen

Forma de aquisição das publicações do CEHC

Fundação João Pinheiro
Centro de Estudos Históricos e Culturais
e-mail: cehc@fjp.gov.br
telefax: (31) 3448 9418 - Izabel de Carvalho

Impresso na gráfica da Fundação João Pinheiro
Tiragem: 150 exemplares
Belo Horizonte
setembro de 2001

Fundação João Pinheiro
Alameda das Acácias 70
São Luis / Pampulha
CEP 31275-150 Belo Horizonte MG

Telefone: (31) 3448-9723
Fax: (31) 3448 9696
e-mail: cehc@fjp.gov.br
home page : <http://www.fjp.gov.br>



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Governo de Minas Gerais

